

[http://dx.doi.org/10.14195/2183-203X\\_40\\_3](http://dx.doi.org/10.14195/2183-203X_40_3)

## Círculo FEUC

**Doutoramento *Honoris Causa* do Dr.  
António Arnaut  
29 de Maio de 2014**

**Realizou-se no dia 29 de Maio de 2014, na Universidade de Coimbra, o Doutoramento *Honoris Causa* do Dr. António Arnaut.**

**Publicam-se aqui a alocução do Doutorando e as orações de elogio do Doutorando e do Apresentante, Professor Doutor Constantino Sakellarides, proferidas, respectivamente, pelos Professores Doutores José Manuel Pureza e Pedro Lopes Ferreira.**

### António Arnaut

Magnífico Reitor da Universidade de Coimbra

Não sabendo como começar esta breve e desataviada oração, que o protocolo impõe, sirvo-me de uma metáfora para abrir o sulco inicial do verbo. Como anotou Ortega y Gasset, “só a metáfora nos facilita a evasão e cria entre as coisas reais recifes imaginários, floração de leves ilhas”<sup>1</sup>. É real o momento que estou a viver, mas tenho dificuldade em assumi-lo, porque foi a coisa mais improvável e gratificante que me aconteceu nos últimos e largos anos da minha vida. Cito, pois, Fernando Pessoa para exprimir o sentimento que não cabe nas palavras: “Atravessa esta paisagem o meu sonho de um porto infinito”, assim significando que a generosa iniciativa da Faculdade de Economia, secundada pelo Senado da Universidade, encheu de gratidão a minha paisagem interior, fazendo-a transbordar na emoção infinita com que escuto, nesta Sala dos Actos Grandes, a surpresa da minha voz.

De facto, para quem nasceu há setenta e oito anos numa pobre aldeia do concelho de Penela, chamada Cumieira pela sua localização no cimo de um pequeno monte, que nunca aspirou a ser montanha, estava longe de sonhar com este agora que me acontece. Naquele tempo, as pessoas comiam o pão duro dos dias sem sol, viviam à míngua e morriam, em regra, sem assistência médica. Foi essa paisagem humana de sofrimento e resignação que, sem metáfora nem retórica, despertou em mim o inconformismo activo perante as injustiças evitáveis e me fez um cidadão comprometido com o Povo e a Pátria. Anos mais tarde escrevi num livro meu: “Não me conformo com as pequenas injustiças. Aceito as grandes, porque são inevitáveis, como as catástrofes, e atestam a impotência dos deuses. Aquela criança, descalça, apenas precisava de uns sapatos. Se tivesse nascido sem pés, não era tão grande a minha revolta”<sup>2</sup>. Creio que foi esta rebeldia, e também a minha intervenção cívico-social, para ajudar, embora

1 A Desumanização da Arte e Outros Ensaios de Estética.

2 As Noites Afluentes.





modestamente, a construir uma sociedade mais livre, justa e solidária, que justificaram a alta distinção que me vai ser conferida. A criação do Serviço Nacional de Saúde, trave-mestra do Estado Social, iniciada no segundo governo de Mário Soares e concluída com a publicação da Lei 56/79, de 15 de Setembro, deve ter pesado nessa magnânima decisão. Sendo assim, é meu dever recordar intimamente todos os que ajudaram a concretizar essa grande reforma de Abril e os que têm lutado para não deixar apagar a luz de esperança que então se acendeu e que ainda bruxuleia no horizonte nublado de Portugal.

Magnífico Reitor:

Há cinquenta e cinco anos a Universidade de Coimbra concedeu-me o grau de licenciado pela Faculdade de Direito, que procurei dignificar, como advogado, sabendo que nem sempre a Lei realiza o Direito e que só o Direito justo protege os fracos e os oprimidos. Agora peço, com o devido respeito, que me seja concedido o grau de Doutor Honoris Causa pela Faculdade de Economia, prometendo fazer tudo quanto em mim caiba para merecer a honra da distinção. Asseguro que continuarei fiel aos ideais da Liberdade, Igualdade e Fraternidade, “filhos laicos do Evangelho”, na feliz expressão de Frei Bento Domingues<sup>3</sup>.

Termino com uma alegoria de carácter económico, por gratidão à Faculdade que me vai acolher entre os seus pares. No meu 5º ano jurídico, o Doutor Teixeira Ribeiro – que nomeio em homenagem aos mestres do meu Curso – leccionou-nos Economia e Finanças. Aprendi que a “moeda” é um conceito plurívoco entre os economistas, podendo significar meio de pagamento efectivo, simples unidade de conta ou medida do valor dos bens. Acolho a última definição e uso-a na sua implícita vertente moral, tomando aqui a palavra “bem” no sentido etimológico mais puro: o que é bom e virtuoso, o que nos faz felizes. E sendo assim, não há moeda nem ouro deste mundo que pague o bem que me faz e a felicidade que sinto pelo gesto magnânimo da minha Universidade. Vejo apenas uma forma de retribuir em pouco o muito que me dão: honrar este Doutoramento e dizer-lhe, Magnífico Reitor, na linguagem de meus pais e da gente da minha aldeia: obrigado, do fundo do meu coração.

3 Público, 13.04.2014.

## José Manuel Pureza

Magnífico Reitor

Senhor Ex-Presidente da República Doutor Jorge Sampaio

Excelentíssimas Autoridades da República Portuguesa e demais autoridades civis, militares e religiosas

Excelentíssimas Autoridades Académicas

Caras e caros colegas Doutores, Assistentes e Investigadores

Prezadas e prezados estudantes

Senhoras e senhores funcionários

Ilustres convidadas e convidados

Minhas Senhoras e meus Senhores

Com esta celebração festiva e solene, a Universidade de Coimbra acolhe hoje no seu claustro doutoral António Arnaut. Afiança-o no seu pedido Constantino Sakellarides, cuja apresentação será feita pelo meu colega Pedro Lopes Ferreira. Constantino Sakellarides é um académico insigne e pensador de rara completude sobre a saúde e as políticas que a promovem. Muito o une a António Arnaut mas nesse muito cabe um lugar especial para um comum compromisso militante com a saúde pública enquanto privilegiado instrumento de política, guiado pelo objetivo da prossecução da qualidade de todas as vidas e em que, consequentemente, a democracia social e económica não tem menos que o estatuto de determinante imprescindível.

Senhoras e Senhores

As solenidades esgotam-se, vezes demais, numa ritualidade celebratória em que a suspensão do fluxo da vida abdica da ambição de a interrogar ou de lhe dar densidade acrescida. Outras há, porém, que têm o mérito invulgar de interpelarem as instituições e de as interrogarem sobre a lógica profunda do que fazem e sobre o significado do que não fazem. O ato que aqui hoje realizamos é um desses momentos de rara luminosidade em que um gesto simples de lucidez e de reconhecimento se transforma em questionamento sério à universidade que o faz sobre o sentido do que é e do que deve ser o seu desempenho e sobre o alcance do que é e do que deve ser a sua responsabilidade social.



Que uma universidade como a nossa receba um cidadão como António Arnaut como seu doutor de honra não é, não pode ser, um evento exterior ao essencial do mandato duma instituição universitária. Um tal juízo ancoraria numa compreensão da universidade como cultora de um distanciamento assético entre o conhecimento e a vida. Uma universidade assim analisa a vida na bancada de laboratório ou nas séries estatísticas, deteta-lhe regularidades e tendências, mas esvazia-a de perplexidade e de paixão e demite-se da disputa de sentidos últimos que a guiam. Enfim, uma universidade assim talvez disseque a fria a vida mas alheia-se das vidas a quente. Talvez ganhe lugar de relevo nos rankings do cânone bibliométrico, mas afasta-se do seu múnus essencial: o de engrandecer a nossa comum humanidade produzindo um conhecimento que dialogue sempre com o fluir das vidas e tenha o gosto de viver para todos e todas como seu horizonte imperativo.

Por ser assim, a esse distanciamento sobranceiro que teima em moldar o ethos universitário e o espartilha num conhecimento disciplinar e disciplinador, urge cada vez mais contrapor, como sugere Boaventura de Sousa Santos, uma universidade que cultive um conhecimento transdisciplinar cuja produção tenha como princípio organizador a sua aplicação social e que é, por isso, um conhecimento no qual “a sociedade deixa de ser um objeto das interpelações da ciência para ser ela mesma sujeito de interpelações à ciência”.

Com este gesto lúcido e nobre de acolher António Arnaut no seu claustro doutoral a Universidade de Coimbra está hoje e aqui a abrir-se a uma dessas interpelações sociais fundamentais: a de se assumir – sempre de modo crítico como é exigido a toda a universidade – como instância comprometida com a materialização de um imorredouro horizonte definido assim pelo mesmo António Arnaut: “No pensamento a *liberdade*: a luz que abre todos os caminhos. Na vida, a *igualdade*: os caminhos da procura da justiça. No vértice do triângulo, a *fraternidade*: a justiça purificada pelo amor.”

Abrindo-se a esta interpelação de se testar continuamente face a este horizonte e escolhendo a vida de António Arnaut como

referência da sua avaliação, a Universidade de Coimbra engrandece-se e honra-se. Sim, é na vida inteira de António Arnaut que a universidade hoje se louva. A vida de um homem que poderia dizer, como Torga, “sou do povo, sou pelo povo e não há forças humanas que me apaguem do instinto a cepa de onde provenho”. Disse-o também ele, aliás, com as artes da poesia. Assim: “Não quero o mundo nem as suas riquezas. / Não quero nada da vida, nem sequer / a ilusão transitória das certezas / com que se enfeita o efémero malmequer. / Só quero o sonho, que não é do mundo / e a luz interior que não é da vida. / Quero descer em mim até ao fundo / desfrutar finalmente a paz perdida. / E assim me descobrir e me ocultar, / como o Sol no radioso luar de agosto: / ser um espelho de avesso a decifrar / os traços algemados do meu rosto”. Ou nesta proclamação, só na forma mais longe da poesia: “Foi pelo povo, personificado na gente da minha aldeia e da minha freguesia, e por solidariedade ao seu atávico sofrimento, que me lancei na empresa da criação do Serviço Nacional de Saúde e me tenho empenhado na sua defesa, para que todos, independentemente da sua condição económica e social, tivessem acesso a um bem tão precioso e, ao menos, fossem iguais perante a doença, que era a maior calamidade que podia atingir os pobres, então indefesos e desprotegidos”.

António Arnaut nasceu na Cumieira, concelho de Penela, em 1936. Licenciou-se em Direito, nesta universidade, em 1959. A advocacia, que é a marca mais continuada da sua vida pública, assumiu-a ele sempre como uma magistratura cívica expressão de uma essencial “função ético-social em defesa da justiça e do Estado de Direito”. Nas suas próprias palavras, “o advogado é a voz da lei que apenas se cala quando a justiça fala.” Foi um advogado assim que foi membro do Conselho Superior da Magistratura, Presidente da Liga Portuguesa dos Direitos do Homem e Presidente do Conselho Distrital de Coimbra da Ordem dos Advogados. E foi também este defensor intransigente do Estado de Direito que, sendo-o com a densidade das convicções mais fundas, integrou a Comissão de Candidatura de Humberto Delgado à Presidência da República, que foi candidato a deputado nas



listas da CDE em Coimbra em 1969 e que foi um dos fundadores do Partido Socialista.

“Nunca medi o possível e o justo pela extensão do olhar mas pela dimensão da alma”, escreverá. E nesta síntese dá expressão à centralidade do prumo ético na condução da sua vida. Mais que tudo, é essa irrepreensibilidade ética de uma vida tão aberta à imensa pluralidade dos outros como absolutamente firme na defesa de valores e de princípios que a sociedade portuguesa, com uma unanimidade rara, vê em António Arnaut. Em jeito de auto-retrato escreveu “Sou como sou, não tenho avesso / nem outro rosto por detrás / deste que te olha do interior de mim.”

Mas, para lá dessa exigência consigo mesmo, a ética é, para António Arnaut, o critério primeiro de leitura da realidade social. É assim que a questão social é, para ele, ética antes de ser política e será respondida eticamente, pois que a política não pode senão ser materialização de uma ética. De si mesmo disse: “Considero-me um socialista ético no sentido de que a defesa da dignidade e da libertação do homem de todas as formas de opressão é mais um imperativo moral do que uma decorrência ideológica. Nunca discerni qualquer fronteira intelectual ou axiológica entre a ideologia e a ética, até porque esta é também, no dizer de Ortega y Gasset, ‘um sistema vital de ideias de cada tempo, ou seja, um conjunto de regras de sobrevivência social que garantem a dignidade, a paz e o progresso equilibrado’”.

Abertura e firmeza, tolerância e convicção, eis uma combinação sábia de que os tempos que vivemos assinalam como carência funda, diante dos assustadores escombros de uma Europa que, às mãos de uma lógica de desastre habilmente induzido, desiste de ser um projeto de paz feito de um arrojado pacto entre capital e trabalho em que era conferido um papel crucial aos direitos sociais e aos serviços públicos.

Este é, por isso, “tempo de lágrimas e luto / ferido pelas lanças / da ambição. / Tempo avarento. / Tempo de não (...)”. Num tempo assim, em que – como advertiu António Arnaut – os sem terra, os sem trabalho, os sem pão e os sem abrigo se multiplicam e antecipam uma nova classe de espoliados, “os sem céu – aqueles que, sem pão e sem

esperança, carregam o fardo da ignomínia e já não são capazes de olhar as estrelas” – é num tempo assim que é irrecusável a exigência de um pensamento e de uma ação política que se guie pelo realismo da esperança e faça da coesão justa e da regra legítima os seus guias. E também aqui a vida de António Arnaut se confunde com o arrojo da coerência. “Governar é tornar o mundo mais perfeito, a sociedade mais justa e as pessoas mais felizes – escreveu. Para logo concluir: “os políticos que não conhecem esta regra elementar deviam ser obrigados a frequentar a Escola Primária da Democracia.” O nome dessa maior perfeição, dessa maior justiça e dessa maior felicidade é, para António Arnaut, Estado Social de Direito Democrático. Chegada tragicamente tarde ao terreno complexo da cidadania democrática, a sociedade portuguesa tem uma marca antiga, origem última do seu atraso estrutural: a assimetria gritante na distribuição da riqueza e das inerentes oportunidades. Esse país que foi privado durante cinco décadas de fazer sua a convivência democrática, manteve, ao mesmo tempo, a grilhetada da pobreza a um número assustador de pessoas – mais de dois milhões na atualidade – cifra que dobraria sem a operação da gama diversa de políticas sociais. Ou seja, a chegada à cidadania democrática foi não só tardia como profundamente desigual. E essa circunstância fundamental mostra que para ser política, a democracia em Portugal tem que ser económica e social.

O Serviço Nacional de Saúde é a pedra angular dessa arrumação do Estado a pensar na dignidade e na voz efetiva de todos e todas. Nas suas notas de generalidade – vocacionado para a prestação de todo o tipo de cuidados de saúde (preventivos, curativos e de reabilitação) – de universalidade – destinado a todas as pessoas sem discriminação – e de gratuidade – financiado pelo orçamento de Estado e sem co-pagamento pelos e pelas utentes – o Serviço Nacional de Saúde é, como disse o próprio António Arnaut, “a trave-mestra do Estado Social”, “filho primogénito da Revolução de Abril” e “irmão gémeo da liberdade, da igualdade e da solidariedade”. Frágil no terreno produtivo e na incorporação de saber, periférico na especialização

económica e nos mecanismos da governação internacional, Portugal tem no Serviço Nacional de Saúde um pilar de prestígio internacional inequívoco, com indicadores de topo, em escala mundial, em diferentes áreas dos cuidados de saúde e dos resultados por eles proporcionados seja na saúde materno-infantil, seja nas dinâmicas de saúde de proximidade. Mas, mais que tudo, o Serviço Nacional de Saúde prestigia Portugal por constituir um lugar de democracia densa, que convoca à responsabilidade comum e diferenciada de todos por todos e em que todos são acolhidos como iguais – “gente igual por dentro, gente igual por fora”, como cantava Zeca Afonso. Crescentemente periférico e subalterno em tantas dimensões, Portugal pode orgulhar-se de ser referência em matéria de alcance democrático do seu serviço público de saúde. Serviço e não sistema, algo que a desmemória e a falta alma da tecnocracia não sabe distinguir. Nas palavras de António Arnaut, “se o país precisa de um sistema que funcione bem, segundo as regras da ética e da legis artis, e de um setor privado complementar, o que me importa é a qualidade, universalidade e eficiência do setor público, ou seja, do Serviço Nacional de Saúde.”

O país que estima a democracia sabe que tem uma dívida irredimível para com António Arnaut. O país que estima a democracia chama-lhe “pai” e não “autor” ou “criador” do Serviço Nacional de Saúde. Um pai ama, cuida, bate-se, entrega-se. Ao chamar-lhe “pai do Serviço Nacional de Saúde”, o país mostra que reconhece em António Arnaut não só o homem que concebeu este pedaço de democracia intensa mas alguém que o ama, o cuida, que por ele se bate, que por ele se entrega. Assim o confirma António Arnaut: “Pode haver poesia na política se ela for feita com amor. O Serviço Nacional de Saúde foi, com a ajuda de muitos, o melhor poema que escrevi.”

Só a poesia consegue dizer a radicalidade plena dos manifestos de rutura que o tempo presente exige. Só ela dá voz à utopia que nos mostre, como universitários, o fascínio do caminho de transformação para que o conhecimento que trabalhamos dia a dia é convocado. Porque é homem de combates firmes e verticais guiados pela utopia da humanidade plena, António Arnaut, pai da utopia feita história que é o Serviço Nacional

de Saúde e da interpelação democrática radical nele presente, sabe que só a poesia nos serve de fala na busca desses horizontes totalmente outros que nos servirão de bússola. Assim o diz: “Talvez haja ainda algum lugar remoto / algures além do tempo, além dos montes / cidade ou aldeia ou mesmo um ermitério / onde se possa ouvir o puro trinar dos pássaros / passear à beira água, de braço dado com a lua / afagar os peixes que correm ao nosso encontro / como se o homem fosse ainda um animal virtuoso / tão natural como as aves os ninhos as giestas / e a sua voz fosse o cântico das manhãs reveladas / quando o Sol jogava às escondidas com as crianças / no mapa-mundi da nossa eira coletiva / que era o lugar de encontro dos desuses primitivos. / Talvez haja algures um lugar assim / sem horários nem mentira nem regulamentos / onde se desconhece a existência do dinheiro / porque nada se compra e vende apenas se troca / uma flor por outra flor um abraço por um fruto / e todos se dão os bons dias com um sorriso de cítara / o amor reverdece candidamente sobre a relva / o trabalho é a recreação da liberdade / a liberdade é a respiração da vida / os gestos são o pão e o vinho repartidos / e o nosso olhar é límpido como a alegria do rio / que corre em nós desde o princípio do mundo. / Se não há um lugar assim é preciso inventá-lo / fique este poema como anúncio do devir.”

Magnífico Reitor,

Se o dissidente Spinoza, contra a moral repressora do seu tempo – para a qual só a austeridade e a privação levariam o humano a Deus – contrapunha que, ao invés, é a ontologia da liberdade de todas e todos, feita da alegria da fraternidade, que diviniza o humano, então importa concluir que António Arnaut, como advogado, como servidor da república, como dirigente moral e responsável político, como cidadão inteiro, aparece aos olhos de uma instituição como a universidade, como um testemunho imarcescível dessa alegria de ser homem chamada liberdade. E que é função também da universidade dar luz a esse testemunho e fazê-lo referência das gerações sucessivas que a habitam. É pois um ato de justiça e de sabedoria que vos dignéis, Magnífico Reitor, impor as nossas insígnias doutorais ao cidadão António Arnaut. Isso vos rogo que façais, enobrecendo-nos.





### Pedro Lopes Ferreira

Magnífico Reitor

Senhor ex-Presidente da República Dr. Jorge Sampaio

Excelentíssimas Autoridades Académicas

Digníssimas Autoridades Cívicas e Religiosas

Senhoras e Senhores Professores,  
Assistentes e Investigadores

Senhoras e Senhores Estudantes

Senhoras e Senhores Funcionários

Ilustres Convidadas e Convidados

Minhas Senhoras e Meus Senhores,

A Universidade de Coimbra reúne-se hoje nesta Sala dos Capelos toda engalanada para acolher no seu seio alguém a quem queremos desejar as boas-vindas e agradecer por vir enriquecer a nossa comunidade.

Por parte da Faculdade de Economia, a Universidade de Coimbra vai impor as insígnias doutorais a António Arnaut, ilustre advogado, humanista e escritor, cuja biografia e curriculum foram apresentados pelo meu colega José Manuel Pureza.

Poucos de nós têm o acaso e a sabedoria de estar à hora certa no local certo. Arnaut esteve sempre do lado certo das trincheiras na luta pela dignificação do ser humano e pela manutenção do estado social em Portugal. Resistente e opositor à ditadura, foi ele o principal impulsionador de uma das maiores conquistas civilizacionais das últimas décadas em Portugal: o Serviço Nacional de Saúde.

Estamos em 1979 e a Lei Constitucional incluía (e ainda inclui) no seu art.º 64º n.º 2 o reconhecimento formal por parte do Estado Português do direito dos seus cidadãos à promoção, prevenção e vigilância da saúde, sendo esse direito materializado num serviço público de prestação de cuidados. António Arnaut, então deputado à Assembleia da República vê adotada a Lei 56/79 de 15 de setembro que, após a instauração da democracia em 1974, criava em Portugal o SNS. Lei de que ele próprio, meses antes, enquanto Ministro dos Assuntos Sociais do II Governo Constitucional, tinha sido o primeiro

autor juntamente com o seu Secretário de Estado Mário Mendes, ilustre professor da nossa Faculdade de Medicina. Garantia-se então o acesso dos cidadãos aos serviços de saúde, independentemente da sua condição social e económica.

Mais uma vez, o acaso fez com que António Arnaut, enquanto Vice-presidente em exercício da Assembleia da República, viesse a assinar esta lei.

O Estado Português passou a ter um SNS universal e gratuito, isto é, para todos e pré-pago. Não se limitava a assegurar o acesso aos serviços de saúde; obrigava-se a criar os serviços de saúde de que os cidadãos necessitam.

A apresentar Arnaut e a servir de caução da sua alta qualidade e mérito, está Constantino Sakellarides, atual Professor Jubilado da Escola Nacional de Saúde Pública da Universidade Nova de Lisboa, um cientista, um empreendedor público e um homem generoso. Um homem do conhecimento. Um humanista tem como apresentante um pensador do papel social e de coesão de um sistema de saúde.

Desde há muito que o apresentante admira a postura cívica do doutorando e do seu posicionamento na sociedade portuguesa. Nas funções públicas por que passou, nunca deixou de contribuir de uma forma positivamente significativa para o engrandecimento da saúde pública. E é, por isso, em termos elogiosos que Constantino Sakellarides se refere a António Arnaut, afirmando que foi precisamente a sua teimosia que permitiu que o SNS se concretizasse politicamente. E eu acrescentaria, com a devida autorização, com a coerência da sua teimosia.

Nascido em Moçambique em 1941, Constantino Sakellarides faz o liceu na então cidade de Lourenço Marques. Vem seguidamente estudar para Coimbra, depois para o Porto e torna-se médico pela Faculdade de Medicina da Universidade de Lisboa em 1967.

Em 1968 volta a Moçambique, onde é médico de saúde pública e Delegado de Saúde no Bárue, Vila Gouveia, hoje Katandica. Numa área rural extensa em que o hospital tinha um



enfermeiro, uma parteira, dois serventes e, muito ocasionalmente, um médico, onde não havia transportes públicos, onde imperava a malária, onde as pessoas, para serem vistas pelo médico nos chamados postos de saúde, em dia e hora certa da semana, tinham de percorrer vários quilómetros a pé, onde a administração da saúde centralizada na capital era, como muitas vezes acontece, uma administração sem rosto e por onde rondava a sempre presente polícia política.

Muito longe daí, os estudantes e operários em maio de 1968 anunciavam nas ruas de Paris o fim da modernidade, 400 mil pessoas reuniam-se no Festival Woodstock num movimento de contracultura, Neil Armstrong pousava na superfície lunar em julho de 1969, a classe dirigente de hoje entrava para a Universidade, enquanto uma parte considerável dos dirigidos da época não sabia ler nem escrever, os Beatles lançavam o último álbum *Abbey Road* e, em Portugal, a liberdade de expressão e do pensamento continuava a ser reprimida, tem lugar o Congresso Republicano de Aveiro, apenas cerca de um terço dos partos se realiza nos hospitais e morre Salazar. Pelo menos, segundo diz Sakellarides, a lua dos namorados era para todos.

Entretanto dá-se em Portugal o 25 de Abril, definido por Sakellarides como o champanhe que perdeu a rolha, com a ajuda de alguns. Nessa altura está precisamente em Houston onde, em 1975, se doutora em Saúde Pública pela School of Public Health da Universidade do Texas, cidade também conhecida pelo seu centro médico, um dos mais notáveis dos Estados Unidos, especialmente após o primeiro transplante de um coração, bem-sucedido, nesse país. Mas é também neste Estado fronteira com o México que Sakellarides convive com excessivas desigualdades.

Desde sempre Sakellarides esteve atento à democratização da saúde, ao contrato social entre o Estado e os cidadãos, à sua participação no sistema de saúde e ao pensamento prospetivo. Segundo defende, qualquer sistema de saúde deve tentar garantir, pelo menos, quatro pilares fundamentais: (i) o acesso real de todos os cidadãos ao sistema de saúde em todas as suas vertentes de promoção da saúde, de

prevenção da doença, curativas ou paliativas; (ii) uma prestação de cuidados de qualidade e segura; (iii) a melhor participação e envolvimento dos cidadãos nas decisões sobre a saúde; e (iv) uma boa utilização dos recursos humanos, de informação e financeiros.

Já doutorado, volta a Lisboa em pleno “verão quente”, época dos governos provisórios do MFA e do serviço médico na periferia. Integra de imediato a Comissão Inter-hospitalar da antiga Direção-Geral dos Hospitais, começa a ensinar na Escola Nacional de Saúde Pública e dirige, de 1976 a 1985, o Centro de Saúde Sofia Abecassis em Lisboa, pioneiro como centro de saúde em área urbana.

Estávamos também nesses tempos a viver grandes mudanças na saúde com os reflexos da Conferência de Alma Ata, do Relatório Lalonde no Canadá e do documento americano *Healthy People*, referências do pensamento e das políticas da saúde, com uma visão ampla e integração dos seus determinantes e, em Portugal, do nascimento dos centros de saúde e do ultimar dos preparativos para o SNS.

No seguimento do estabelecimento da democracia em Espanha e do reconhecimento das autonomias, apresenta-se a concurso público e é aceite como o primeiro Diretor Académico da Escola Andaluza de Saúde Pública, em Granada, onde permanece entre 1985 e 1987.

Volta a Portugal e concorre agora para a OMS Europa. Em tempos em que as leis do mercado pretendem gerir e regular o mundo, os países e os seus cidadãos e, por arrasto, os sistemas de saúde e mesmo os governantes eleitos pelos cidadãos, há cada vez mais necessidade de se reconhecer a importância dos valores humanos e sociais. E isto requer capacidade, vontade e coragem política, predicados que Marc Danzon, diretor regional da OMS para a Europa entre 2000 e 2010, reconhece em Costantino Sakellarides e no papel que, de uma forma apaixonada, desempenhara de 1991 a 1995 enquanto diretor para as Políticas de Saúde e Serviços de Saúde da Região Europeia da OMS. Danzon acrescenta: e Sakellarides não é pessoa de emoções ligeiras.



Na altura era diretor da OMS Europa Jo Asvall, que recentrou a ação da OMS Europa na saúde pública e que liderou a ideia de estratégias de saúde baseadas em metas, mais tarde seguida por Donabedian e Cochrane. Aquando da sua morte em 2010, e pela mão de Sakellarides, o Observatório Português dos Sistemas de Saúde homenageou este médico norueguês no seu relatório de Primavera intitulado “Desafios em tempos de crise”.

Enquanto desempenhou funções neste cargo, Sakellarides promoveu as capacidades humanas e analíticas que permitiram a criação do Observatório Europeu dos Sistemas de Saúde com o objetivo de criar evidência para as tomadas de decisão nos vários sistemas de saúde europeus.

Em Moçambique, nos Estados Unidos, na Andaluzia, na Dinamarca ou em Portugal, sempre defendeu que é o trabalho no terreno, o conhecimento do terreno, que dá as ideias e o toque de realidade e de proximidade tão necessários à formulação de políticas de saúde. É preciso que as coisas importantes façam sentido. Neste nosso país em sofrimento, Sakellarides afirma que há que colocar «o ouvido no chão» para percebermos genuinamente o que se passa no País.

Volta de novo a Portugal, abandonando generosamente a sua carreira de dirigente da OMS a convite de Maria de Belém Roseira, então nomeada ministra da saúde. Ocupa em 1996 a presidência do conselho de administração da Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo, altura em que é criada a primeira agência de contratualização, avançam o projeto Alfa e o projeto do Regime Remuneratório Experimental de reorganização dos cuidados de saúde primários, percursos das atuais Unidades de Saúde Familiar. Em Portugal desempenhou também, de 1997 a 1999, as funções de Diretor-Geral da Saúde. É sob a sua orientação que o Ministério da Saúde publica, pela primeira vez, uma estratégia nacional para a saúde, com metas estabelecidas, são definidos regimes remuneratórios inovadores na administração pública, uma política da qualidade em saúde, criando o Instituto da Qualidade em Saúde, e é

dado o arranque da colaboração entre o Ministério da Saúde e o Ministério da Solidariedade e Segurança Social, com o objetivo de garantir a prestação de cuidados continuados. É demitido das suas funções quando o governo abdica da continuidade das políticas no setor da saúde.

Nas palavras de um amigo muito próximo dele, sempre que cá está em Portugal deixa sementes.

Foi Professor de Política e Administração da Saúde, na Escola Nacional de Saúde Pública da Universidade Nova de Lisboa e seu Diretor em 2007. Em janeiro de 2011, abandonou o lugar por limite de idade.

É fundador e principal impulsionador do Observatório Português dos Sistemas de Saúde, contribuindo para uma cultura de avaliação independente do sistema de saúde português. Foi ainda Presidente da Associação Portuguesa para Promoção da Saúde Pública, associação criada por Arnaldo Sampaio, Presidente da European Public Health Association no biênio de 2008-2009 e fundador da Associação de Inovação e Desenvolvimento em Saúde Pública. É atualmente o Presidente da Fundação para a Saúde - SNS. É um criador, é um filósofo, é um estudioso.

Na crise financeira em que vivemos, que conduziu a uma crise económica com externalidades sociais dramáticas, em que a coesão social está em jogo, a saúde tem de ser vista, como já foi afirmado, não como um peso financeiro, mas como capacitadora dos cidadãos e potenciadora do crescimento económico, isto é, amiga da Economia. Neste contexto, Sakellarides defende de novo princípios e valores, um verdadeiro contrato social relativamente à proteção da saúde e propõe algo ainda hoje, infelizmente, muito inovador: que nos sentemos para conversar.

Falar sobre Constantino Sakellarides nesta Sala dos Capelos é, para mim, para além de uma honra e uma emoção, a possibilidade de publicamente dizer o que desde há alguns anos me vai na alma e que inexplicavelmente nunca lhe disse diretamente: a enorme admiração, quase filial, que sinto por este homem bom, uma pessoa com ideias que dá sentido a coisas que importam a todos, um

homem atento às coisas importantes. Um académico que torna fáceis os assuntos difíceis.

Estou certo de que o retrato que fiz pecou por defeito, por incapacidade minha de revelar todas as qualidades de quem se dispõe a apresentar um novo doutor.

Magnífico Reitor

Estão diante de vós o candidato António Arnaut e o seu apresentante Constantino Sakellarides. Ambos partilham o mesmo ideal democrático e o mesmo empenhamento pelos valores da dignidade da pessoa humana, de justiça social, de respeito pelos direitos dos cidadãos e da importância do conhecimento na governação. Ambos se distinguiram como cidadãos ativos, empreendedores e atentos a uma sociedade em constante mudança. Por isso nos sentimos muito honrados por os termos hoje aqui.

Rogo, assim, Magnífico Reitor, a imposição das insígnias do grau de Doutor pela Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra a António Duarte Arnaut.

